



**PROJETO DE LEI Nº 003-14, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.**

Altera a redação dos artigos 1º; 3º e 7º, da Lei 4.011, de 28-01-2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, para obra de drenagem e pavimentação asfáltica nas ruas do nosso Município.

Art. 1º O Artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.011, de 28-01-2014, passa a ter a seguinte redação:

***“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 6.612.033,44(seis milhões, seiscentos e doze mil, trinta e três reais e quarenta e quatro centavos), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do FGTS e as condições específicas aprovadas pelo MCIDADES para a operação.***

***Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo, serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa PRÓ-TRANSPORTE, do MCIDADES.”***

Art. 2º O Artigo 3º, da Lei Municipal nº 4.011, de 28-01-2014, passa a ter a seguinte redação:

***“Art. 3º Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Itaqui-RS, para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º e seu Parágrafo Único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e quotas do Fundo de Participações dos Municípios a que se refere o artigo 159, inciso I, da Constituição Federal.***

***§ 1º O disposto no caput, deste artigo, obedece aos ditames contidos no Inciso I, do artigo 159, da Constituição Federal e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.***

***§ 2º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput, deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta, à conta do FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.***

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

***§ 3º Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na hipótese de O MUNICÍPIO DE ITAQUI não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrados com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.***

***§ 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.***

Art. 3º O Artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.011, de 28-01-2014, passa a ter a seguinte redação:

***“Art. 7º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do MUNICÍPIO DE ITAQUI, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito, por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do MUNICÍPIO DE ITAQUI no projeto financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme autorizado por esta Lei.”***

***Parágrafo Único. O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.”***

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**CELSO DE MORAES PINTO**  
Prefeito em Exercício



**PROJETO DE LEI Nº 003-14, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos enviando a essa Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei, que tem por objetivo a alteração da Lei nº 4.011-14, de 28-01-2014, que autoriza a Contratação de Operação de Crédito com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro, procedendo-se assim a observância e adequação às disposições legais em vigor, para a contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, assim como, as normas do FGTS e as condições específicas aprovadas pelo MCIDADES, com vistas a formalização de contratação de Operação de crédito com a CEF, para a finalidade específica de realização de obras de infraestrutura urbana.

Com relação aos prazos de amortização, carência, encargos financeiros e demais condições de liquidação da dívida a ser contratada, todas as delimitações obedecerão ao estabelecido pela Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal, e em observância ao estabelecido no artigo 32, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os investimentos em infraestrutura urbana são necessários e visam à melhoria da qualidade de vida da população, tornando ao mesmo tempo a cidade limpa e atraente, para quem vive e pretende residir no Município.

Diante do comprovado interesse público sobre a matéria em questão, solicitamos o exame e aprovação de Vossas Excelências, ao presente Projeto de Lei, em regime de urgência.

São estas as razões e os motivos que embasam e justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**CELSON DE MORAES PINTO**  
Prefeito em Exercício